

Arqueologia & História

Volume nº 56|57 - 2004|2005

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses



Vale do Côa 10 ANOS



Relatório da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses referente ao ano de 2004

O ano de 2004 foi marcado por uma conjuntura económica, social e política muito desfavorável, a qual se reflectiu, naturalmente, na nossa Associação e no Museu Arqueológico do Carmo. Entre as maiores dificuldades que a Direcção enfrentou, merece especial destaque o enorme atraso verificado no reembolso por parte do Gabinete de Gestão do Plano Operacional da Cultura (POC) dos 20% remanescentes do projecto DINACARMO. Com efeito, foi só em fins de Novembro que se conseguiu esse reembolso, graças à persistência e infinita paciência do nosso consócio José Domingos para lidar com a burocracia verdadeiramente kafkiana daquele Gabinete.

Ao contrário do que os responsáveis políticos do EURO 2004 previram e propagandearam, esse acontecimento desportivo provocou uma considerável diminuição do número de visitantes dos museus nacionais, apesar da dispendiosa e aparatosa campanha realizada pelo ICEP e pelo IPM, diminuição essa que se verificou também no Museu Arqueológico do Carmo, cujo número de visitantes decaiu em relação ao ano anterior, fenómeno que se regista pela primeira vez desde a reabertura ao público do nosso Museu em 2001. Com efeito, em 2004 visitaram o museu 46.358, o que representa uma diminuição de 14,2 % em relação a 2003.

Para procurar compensar essa tendência, que se verificou sobretudo nos meses de Junho e Julho, apesar da escassez de fundos para investir em instrumentos de divulgação, foi elaborado e largamente difundido pelas escolas da região de Lisboa um desdobrável com sete programas educativos, destinados a diferentes grupos etários, de que já resultou um considerável acréscimo do número de visitas escolares, sobretudo no quarto trimestre do ano: em 2004 realizaram-se 57 *ateliers* destinados ao ensino secundário e 11 visitas guiadas destinadas ao ensino superior, abrangendo um total de 1433 alunos, o que representa uma quase triplicação, em relação ao ano de 2003, em que se realizaram 24 *ateliers* e 3 visitas guiadas, abrangendo 508 alunos do ensino secundário e superior. Realizaram-se ainda dois *ateliers* especiais, por ocasião do Dia da Criança, e uma festa de aniversário, em que foi encenada a cerimónia de armação de um cavaleiro medieval, actividades que tiveram o melhor acolhimento por parte dos participantes. Intensificou-se igualmente a divulgação do espaço das Ruínas entre os promotores de eventos, de que resultou um acréscimo de 36,8% dos rendimentos desta actividade.

Neste ano introduziram-se no Museu alguns melhoramentos na sinalética, ao abrigo do Programa de Apoio à Qualificação dos Museus da Rede Portuguesa de Museus. A Direcção concorreu de novo a esse programa, com um projecto elaborado pela Dr.^a Carla Varela Fernandes, Conservadora do Museu, intitulado *Sobre os escombros reconstruímos o futuro – A Igreja do Convento do Carmo de Lisboa e o terramoto de 1755*, exposição apoiada por multimédia, e acompanhada por publicações destinadas a vários grupos etários, a realizar em 2005, no âmbito da evocação dos 250 anos do terramoto. Este projecto teve o melhor acolhimento por parte da RPM, recebendo a participação máxima (50%). Porém, a sua concretização está dependente da

obtenção dos restantes 50% junto de outras entidades, pois a AAP não dispõe, na actual conjuntura, de recursos financeiros suficientes para a realizar.

Realizou-se também um Curso Livre de *Introdução à Arte Egípcia*, regido pelo nosso consócio Luís Araújo, que teve o maior sucesso, o que não só contribuiu para o prestígio da nossa Associação, mas também ajudou a custear o arrendamento do espaço onde funciona actualmente a nossa sede.

Após negociações com os proprietários desse espaço, que foram confrontados com a eventualidade de se pôr termo a esse arrendamento, conseguiu-se obter uma redução muito substancial da respectiva renda, embora num regime de maior precariedade, enquanto se aguarda a prometida cedência de espaço actualmente afecto à GNR.

Comemorando-se, no ano que agora finda, 30 anos sobre o 25 de Abril de 1974, a Direcção decidiu associar-se a esta efeméride, que teve um dos seus momentos mais decisivos e simbólicos no Largo do Carmo, com uma exposição de fotografias inéditas, da autoria do nosso consócio Mário Varela Gomes, em colaboração com a Fundação Mário Soares, com o apoio da Foto Industrial, da Eurostand e do *Diário de Lisboa*, que publicou uma edição especial de 10.000 exemplares do referido periódico, a qual constituiu o roteiro da exposição.

Esta iniciativa, que deu grande projecção à nossa Associação e ao seu Museu, só foi possível graças à excelente colaboração dada pelo nossos consócios Mário Varela Gomes, que cedeu os originais, e José Pessoa, que efectuou a selecção e a montagem das fotografias, e do Dr. Alfredo Caldeira, secretário-geral da Fundação Mário Soares, que coordenou os trabalhos, o que muito contribuiu para o sucesso desta exposição, cuja inauguração contou com a presença, além do Dr. Mário Soares, do Senhor Presidente da Assembleia da República, Dr. Mota Amaral, do Senhor Ministro da Cultura, Dr. Pedro Roseta, e ainda do Senhor Presidente da República de Timor, Xanana Gusmão.

Tendo a Direcção sido contactada pela Câmara Municipal da Azambuja no sentido de ceder, a título de empréstimo, um conjunto de artefactos provenientes das escavações realizadas por membros desta Associação em Vila Nova de S. Pedro, entre 1936 e 1966, foi decidido estabelecer um protocolo de cooperação com aquela autarquia, com o objectivo de promover a salvaguarda e valorização daquele importante sítio arqueológico, o qual foi assinado em 7 de Setembro de 2004.

A presente conjuntura económica, social e política reflectiu-se também negativamente no que respeita à actividade arqueológica do país, a qual atingiu um ponto de pré-rotura, em grande parte devido à persistência da indefinição por parte do Governo em relação ao seu enquadramento institucional, ao desinvestimento verificado neste domínio nos últimos dois anos, à precaridade de emprego da maior parte dos arqueólogos que integram o IPA, à falta de infraestruturas autárquicas com meios materiais e humanos suficientes para permitir aos municípios assumir as responsabilidades acrescidas que lhes foram cometidas pela legislação recentemente publicada, etc., etc.

Com o objectivo de procurar alertar os nossos associados para a grave situação acima referida, e de se definirem propostas concretas para a ultrapassar, o Presidente da Direcção apresentou no passado mês de Julho em Assembleia Geral, uma comunicação intitulada “Que futuro para a Arqueologia Portuguesa?”, da qual resultou a constituição de um grupo de trabalho, integrando consócios ligados aos diversos sectores da actividade arqueológica. Este grupo de trabalho, constituído pelos consócios José Morais Arnaud, José Eduardo Mateus, Maria Miguel Lucas, João Pedro Ribeiro e António Carlos Valera, organizou uma mesa redonda integrada no IV Congresso de Arqueologia Peninsular, que teve lugar em Setembro último em Faro, na qual foi aprovada, após animado debate, uma moção que já foi enviada a diversas entidades, nomeadamente ao Ministério da Cultura, ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e à Associação Nacional de Municípios, alertando para a gravidade da situação.

A Direcção prestou ainda, como é sua obrigação, todo o apoio às actividades das várias secções e comissões. Neste ano, em que se assinala o 10º aniversário da divulgação pública do achado das gravuras do vale do Côa, em cuja salvaguarda esta Associação teve uma participação activa, a Secção de Pré-História, dedicou-se especialmente a este tema, tendo para o efeito convidado três dos principais intervenientes neste processo, os nossos consócios Vitor Oliveira Jorge, João Zilhão e Mário Varela Gomes, a apresentarem os seus testemunhos pessoais sobre as gravuras, o seu significado, os aspectos positivos e negativos do processo que conduziu à sua salvaguarda, e as suas potencialidades futuras.

A Secção de História e a Comissão de Estudos Olisiponenses reuniram com regularidade, tendo sido apresentadas respectivamente seis e sete comunicações

sobre os diversos temas da sua especialidade. Houve, assim, um total de 21 comunicações e conferências, contando com as apresentadas em Assembleia Geral, o que é razoável numa Associação com pouco mais de 250 sócios, numa época em que o associativismo, o voluntariado e a participação cívica estão em regressão.

Verifica-se, porém, que os sócios activos são muito poucos, sendo quase sempre os mesmos a apresentar comunicações e a participar nas sessões. Apela-se, assim, a uma participação mais activa de todos na vida associativa, sobretudo daqueles que nunca apresentaram comunicações às respectivas secções.

A Comissão de Heráldica reuniu mensalmente, tendo sido emitidos 475 pareceres no âmbito da heráldica autárquica, actividade que constitui um importante serviço prestado à comunidade pela nossa Associação. No sentido de reduzir o tempo de espera entre a recepção do pedido e a emissão do parecer, e de diminuir as reclamações das autarquias, procedeu-se à aquisição temporária dos serviços de um colaborador administrativo a tempo parcial, o que aumentou substancialmente a produtividade da comissão.

Neste ano ainda não foi possível facultar aos nossos associados a biblioteca associativa, cuja catalogação ainda não está concluída, apesar da louvável actividade desenvolvida, a título gratuito, pela nossa consócia Conceição Machado. A maior parte dos livros e das publicações periódicas que deram entrada resultam de ofertas ou permutas com as nossas publicações.

Resta-nos agradecer aos nossos consócios que contribuíram activamente para a vida associativa, e a todos os nossos colaboradores e funcionários que a tornaram possível.

O Presidente da Direcção
José Morais Arnaud



Associação dos Arqueólogos Portugueses

